



CORPOS MARCADOS NOS TEMPOS DA HISTÓRIA: INFÂNCIAS NEGRAS NA LITERATURA E NA IMPRENSA

Marked bodies in the times of history: black childhood in literature and press

Diane **VALDEZ**
Faculdade de Educação
Universidade Federal de Goiás
Goiânia, Brasil
divaldez@ufg.br
<https://orcid.org/0000-0001-6721-3789> 

Elis Regina da Silva **OLIVEIRA**
Faculdade de Educação
Universidade Federal de Goiás
Goiânia, Brasil
elisbalneario@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0003-2070-8295> 

Danielly Cardoso da **SILVA**
Faculdade de Educação
Universidade Federal de Goiás
Goiânia, Brasil
danielly_cardoso@ufg.br
<https://orcid.org/0000-0002-2401-1025> 

A lista completa com informações dos autores está no final do artigo 

RESUMO

Sob as lentes da história, da literatura e da imprensa, apresenta-se neste artigo a questão da infância negra e o impacto do racismo dialogando com dois contos que têm duas meninas negras como protagonistas, a saber: *Negrinha*, de Monteiro Lobato (1994), e *Nota - De como acabou, em Goiás, o castigo dos cacos quebrado no pescoço*, de Cora Coralina (2011). Com essas duas escritas literárias, busca-se dialogar com matérias encontradas em páginas da imprensa que abordam casos de racismo cometidos contra crianças nos sete primeiros meses do ano de 2022. A análise desta temática se sustenta em estudos bibliográficos na literatura, história da infância e da atualidade, uma incursão que possibilitou constatar que, apesar das especificidades de cada conto, assim como a atualidade de parte da realidade, as narrativas se convergem e fornecem ao trabalho historiográfico o retrato da criança negra, vivendo em um espaço marcado pelo vestígio da escravidão, logo, lugar de opressão. Ao confrontar a literatura feita no século XX com os casos de racismo divulgados na imprensa, percebem-se os corpos marcados das crianças pelo racismo e, ainda que os movimentos antirracistas tenham conquistado espaço, são visíveis as marcas que atingem, com sequelas, as vidas das crianças negras.

PALAVRAS-CHAVE: Infâncias negras. Racismo. Literatura. História. Imprensa.

ABSTRACT

Under the scope of history, literature and the press, this article takes up the issue of black childhood and the impact of racism in two short stories that have two black girls as protagonists, namely *Negrinha*, by Monteiro Lobato (1994), and "Note - How it ended in Goiás, the punishment of broken shards in the neck" (*Nota - De como acabou, em Goiás, o castigo dos cacos quebrado no pescoço*), by Cora Coralina (2011). With these two literary texts, the article aims to establish connections with articles found in press pages that address cases of racism committed against children in the first seven months of the year 2022. The analysis of this theme was based on bibliographic studies in literature, history of childhood and current events, an incursion that allowed to verify that, despite the specificities of each story, as well as the current reality, the narratives converge and provide the historiographic work with the portrait of the black child living in a space marked by the vestige of slavery, therefore, a place of oppression. When comparing the literature produced in the 20th century with the cases of racism reported in the press - even though the anti-racist movements have captured attention - it is evident that the the marks of racism that hit the bodies of black children prevail with harsh consequences.

KEY WORDS: Black childhood. Racismo. Literature. History. Press.

Este artigo se originou de uma experiência docente em um Núcleo Livre (NL)¹, intitulado *Cora Mulher Coralina: história, memória e literatura*, oferecido a estudantes de cursos de graduação da Universidade Federal de Goiás. Em um dos módulos, trouxemos para o debate a questão do racismo tomando como referência dois contos da literatura brasileira. O primeiro trata-se de *Negrinha*, de Monteiro Lobato, publicado em 1920, e o segundo *Nota – De como acabou, em Goiás, o castigo dos cacos quebrado no pescoço*, de Cora Coralina, publicado no ano de 1965. Ainda que os dois contos sejam datados de tempos diferentes, quase quatro décadas de distância, a intenção foi a de dialogar sobre o tema do racismo cometido contra crianças, visibilizando na literatura os tons dados para o debate.

Para ampliar a discussão, recortamos matérias de páginas de veículos de imprensa escrita, nacional e regional, publicadas até o mês de julho do ano de 2022. A procura se deu recorrendo às palavras-chave como: racismo, criança, infância e denúncias. Em menos de duas horas, localizamos vinte e uma (21) matérias, descartamos quatro, por envolver crianças com pessoas adultas, e selecionamos dezessete para compor um quadro disposto neste texto com destaque para algumas categorias.

Sugerimos um diálogo entre o passado e o presente, tomando a literatura dos anos vinte e sessenta do século XX e as matérias atuais da imprensa para problematizarmos a questão do racismo estrutural. Nesta proposta acadêmica e social, contamos com a mediação da professora Cecília Maria Vieira, pedagoga e psicóloga negra, militante e pesquisadora do tema racismo e infância. A participação e a mediação de Cecília foram fundamentais para que a discussão tomasse uma proporção fora do senso comum, considerando sua formação e seus estudos com base na vivência e nas produções acadêmicas.

Propomos, com este artigo, socializar uma experiência acadêmica, assim como, ampliar a rede de combate e de enfrentamento da universidade pública ao necessário debate sobre racismo estrutural. Prática que ainda marca a história de nosso país e vem sendo recorrente por parte de representantes do Estado brasileiro, sobretudo, do

1 De acordo com a Universidade Federal de Goiás – UFG, a disciplina de Núcleo Livre se caracteriza pela possibilidade de o estudante escolher a temática a ser estudada e tem por objetivo: “I – ampliar e diversificar a formação do estudante; II – promover a interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade; III – possibilitar o aprofundamento de estudo em áreas de interesse do estudante; IV – viabilizar o intercâmbio entre estudantes de diferentes cursos da UFG”. Ver mais em <https://www.prograd.ufg.br/p/41913-nucleo-livre>

presidente da República², denunciado pelo crime de racismo por ironizar e discriminar povos negros, conforme apresenta a matéria da *Carta Capital* (2022)³, que tomou o estudo do grupo Quilombolas contra Racistas, traz os seguintes dados:

Os pesquisadores tiveram como base casos expostos pela imprensa e conteúdos nas redes sociais. Segundo esses dados, os anos de 2020 e 2021 tiveram mais discursos racistas do que 2019. Foram 16 registros contabilizados no primeiro ano, 42 no segundo e 36 no terceiro. O maior número de ocorrências foi registrado entre cargos do governo federal, como ministros, secretários e presidentes de autarquias. As autoridades com mais registros são o presidente da Fundação Palmares, Sérgio Camargo, com 19 ocorrências (20% do total), e Bolsonaro, com 17 ocorrências (18%).

Como demonstrado pelo recorte acima, o resultado da pesquisa realizada pelas organizações *Terra de Direitos* e *Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas* aponta, entre outras, a negação e a minimização do racismo, o reforço de estereótipos, a promoção da supremacia branca, a negação de direitos e outros movimentos criminosos, promovidos pelo próprio Estado brasileiro. Nesse processo, estão as crianças, de todas as idades, atingidas pela falta de políticas públicas e pela aprovação e consentimento do presidente e de sua equipe que autoriza a população a cometer crimes racistas. Esperamos que este texto seja mais uma produção que vai na contramão de práticas desumanas e que possa contribuir com o debate sobre esta temática.

Dividimos esse artigo em quatro partes. Na primeira, destacamos as obras literárias e as publicações da imprensa como fontes para escrita da história. Em seguida, a partir das obras *Negrinha*, de Monteiro Lobato, e *Nota – De como acabou, em Goiás, o castigo dos cacos quebrado no pescoço*, de Cora Coralina, apresentamos as contribuições da literatura para a afirmação ou a negação de práticas racistas e violentas contra a infância. Na terceira parte, trouxemos reportagens publicadas no ano de 2022, em diferentes portais de notícias, que denunciaram ações racistas contra crianças, evidenciando negligências e descasos em nossa sociedade. Por fim, tecemos algumas considerações acerca da persistência do racismo contra a infância negra que se materializa na educação, no cotidiano, na imprensa e na literatura.

² Referente ao governo de Jair Bolsonaro, de 2019 a 2023. CARTA CAPITAL. **Autoridades públicas proferiram 94 discursos racistas durante o governo Bolsonaro, aponta levantamento:** Os principais autores dos discursos foram o presidente da República, Jair Bolsonaro (PL), e o presidente da Fundação Palmares, Sérgio Camargo. Carta Capital. 22.03.2022. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/autoridades-publicas-proferiram-94-discursos-racistas-durante-o-governo-bolsonaro-aponta-levantamento/> Acesso em 01/09/2022.

³ Idem.

AS FONTES E AS ABORDAGENS: LITERATURA E IMPRENSA

Considerando a complexidade e as particularidades das obras literárias e dos registros da imprensa, documentos que tomamos para a escrita da história, faz-se necessário confrontá-los e identificar suas origens, seus tempos, recortes, objetivos, vozes, etc. Neste artigo, o recorte focado nas referidas fontes é a infância negra. Com isso, objetivamos problematizar essa particularidade, cuidando para não desconsiderar o tempo passado e presente, mas aproximando-o para compreender o percurso histórico do racismo cometido contra a infância.

Recorrer à literatura para problematizar questões sociais como o racismo, é poder contar com saberes diversos registrados em formato literário, característica que atrai, sobretudo, quem está em formação na graduação e nos leva a refletir a respeito de humanização, sensibilização e direitos humanos, como bem registrou Candido (1985). Segundo Martins e Cainelli (2015), as produções literárias apresentam múltiplos caminhos a serem percorridos por diferentes áreas do conhecimento, tendo em vista que possibilita a pesquisa e a escrita em diversos usos e aspectos, principalmente no que toca às relações com o imaginário do contexto a ser estudado.

Ao nos depararmos com modelos estereotipados de infância, em especial a criança negra, em muitas páginas literárias, nota-se uma relação caracterizada como não humana, algo semelhante a objeto. Nesse contexto, o que se espera de quem pesquisa o tema na literatura, para além das formalidades metodológicas, é de problematizar a literatura e desconstruir a discriminação racial. Conforme registrou Portela (2020, p. 58), a literatura brasileira, dedicada à infância, ainda ignora a ancestralidade das crianças em um país com a maioria da população afrodescendente. Tal omissão, “corroborar para que muitos indivíduos miscigenados não reconheçam suas raízes africanas ou aqueles que o fazem não se sentem representados nas obras disponíveis. Essa situação contribui para manter a discriminação do negro”.

A infância negra na literatura, quando não silenciada, é definida por um discurso alheio, sedimentado em conceitos que se enraízam no espaço social no qual é constituído, tanto nas especificidades do tempo histórico como nos lugares de poder. Ao nos depararmos com os dois contos escolhidos, que vamos discutir posteriormente, é impossível descartar outros espaços literários onde a criança negra é definida, julgada e apresentada. Seu retrato ocupa um lugar de inferioridade, ela é estereotipada, diminuída, analisada pelos aspectos étnicos de forma pejorativa e discriminatória,

segundo o enfoque do interesse de adultos. Nesse aspecto, Neves Junior (2021, p.48) nos ajuda a compreender este movimento:

Partimos da perspectiva de que a literatura, longe de ser algo a-histórico e atemporal, fruto solitário da fantasia, está alicerçada na sociedade e no tempo em que fora produzida e aos quais refere. Como testemunho social e temporal, sendo fruto de um processo social, assim como qualquer outro tipo de documento precisa passar pelo crivo da análise e do estudo, carecendo de ser principalmente, contextualizado, historicizado, isto é, inserido no fluxo temporal e no seio sociocultural de onde emerge e a que remete.

A esse respeito, ao objetificar a infância negra, há um processo de construção de sentidos que perpassa a literatura enquanto fonte e se entranha no imaginário, fazendo emergir conceitos e imagens reprodutoras de um racismo que é estrutural. Diferente das crianças brancas (modelos eurocêntricos, protagonistas de contos, romances e poemas), as personagens que representam crianças negras se contrapõem a esse lugar de destaque e quase sempre não se fazem presentes nas narrativas. A elas, estão reservados papéis da criança submissa, que sofre, que é vendida, que cuida de outras crianças, que tem seus corpos violados e a infância encurtada, adultizadas para o mercado de trabalho. Na maioria das vezes, as narrativas naturalizam violências historicamente silenciadas, como estupros e abusos de todas as formas, que objetificam os corpos negros.

De acordo com Oliveira (2019, p. 160), é a literatura escrita por pessoas negras na construção da poética de uma infância que pode trazer esperança e resistência à colonialidade:

Como é perceptível nesse trecho, ao fazermos uma leitura a partir da poética da infância, a menina negra é apresentada como esperança e resistência a colonialidade. Ela passa por uma formação que oferece elementos para desnaturalizar a diferença colonial. E, enquanto aposta de um futuro, carrega a responsabilidade social de realizar um sonho coletivo, pois o sonho de uma é o de todas, e assim entendemos que o enfrentamento à colonialidade é, sobretudo, feminista e negra, um projeto que começa na infância de muitas meninas negras.

Nesse contexto, retomamos novamente Candido (2011, p. 177-178) que defende o acesso à literatura como um fator indispensável à humanização, inerente à cultura humana. Trata-se de uma construção de conceitos e significados que, na forma de expressão da subjetividade, também é forma de conhecimento, isso porque:

A literatura confirma e nega, propõe denúncia, apoia e combate, fornecendo a possibilidade de vivermos dialeticamente os problemas. Por isso, é indispensável tanto a literatura sancionada quanto a literatura proscrita; a que os poderes sugerem e a que nasce dos movimentos de negação do estado de coisas predominante.

A importância da literatura é reiterada mediante sua força abrasiva que invade

as formas de educação nos mais diferentes espaços, principalmente no que diz respeito aos espaços não institucionalizados, como a família e demais grupos de convivências. Candido ainda destaca que cada sociedade produz suas obras ficcionais a partir de suas experiências, crenças, seus impulsos, sua ética, moral e sentimentos. Assim, contribui na humanização dos sujeitos, na sua forma de perceber e de se organizar no mundo, além de problematizar e potencializar as ideias contidas, abrindo margem para a geração de outros conceitos e perspectivas.

Tomar a literatura enquanto fonte para a compreensão da história e, nesse caso específico, da infância negra, implica em ter a ciência de que, para além da consolidação de princípios, essa fonte pode e deve ser questionada, problematizada. Isso é necessário para a formação de pressupostos capazes de se opor às ideias de propagação e de naturalização do racismo.

No que se refere à imprensa como fonte para a escrita da história, vale registrar a diversidade existente, na atualidade, de formas de propagação das informações cotidianas. São o rádio, a televisão, as redes sociais e os impressos, como revistas, livros, folhetins, jornais, e o impresso no formato digital que foi o eleito para analisar neste texto. Ao transmitir informações e conteúdo simbólico, os meios de comunicação, segundo Thompson (2009), contribuem com a criação de outras formas de interação social e, conseqüentemente, modificam as relações entre os indivíduos. Tais instrumentos não estão soltos no mundo. Eles se entretecem com o ambiente de origem, com a cultura que os cerca, com as regras morais e éticas desse contexto.

O conteúdo divulgado nos meios de comunicação interfere no comportamento humano ao contribuir com a propagação de conceitos, ideias, expectativas e direcionamentos. Dentre tantos instrumentos, destaca-se o uso dos impressos que ao longo da história da humanidade demonstrou ser um importante meio de disseminação de conhecimentos e de manutenção de poder. Segundo Brigs e Burke (2006), a popularização dos impressos se deu a partir do desenvolvimento tecnológico que possibilitou a incorporação de práticas de leitura e de outros comportamentos no cotidiano. Na medida que os processos de mudança na forma de produção de impressos foi avançando, os custos mais acessíveis para geração de seus produtos possibilitaram o aumento da “massa de leitores” e também o crescimento na circulação de jornais e revistas. O papel daqueles que se ocupavam de recolher, editar e publicar as notícias, de acordo com Brigs e Burke (2006), sempre foi controverso; afinal, as publicações não são neutras. Elas demonstram compromisso político, estratégias utilizadas nas relações sociais, características econômicas e culturais de seu tempo e de seu contexto de

origem.

Na mudança do jornal tipográfico para o digital, ainda que os dois formatos permaneçam sendo usados, nota-se que a imprensa divulgada na internet é capaz de transmitir textos e imagens de forma rápida e acessível para uma boa parte da população, uma nova forma de construir e divulgar textos. Para Freire (2009, p.308), a internet como fonte de informação repensa o jornal, as matérias são mais fragmentadas “com coordenadas, caixas e peças dos mais variados gêneros, distribuídas nas páginas como janelas abertas na tela de um computador. Tudo isso para buscar aproximação ao modo como o leitor de hoje acessa as notícias na nova mídia.”

Todo o texto, tipográfico ou digital, é o produto de uma leitura, de uma construção social e permite uma pluralidade indefinida de significações e de interpretações. De acordo com Thompson (2009), enquanto instrumentos de criação e de intervenção, esses meios de comunicação modificaram as formas de organização espacial e temporal da vida em sociedade a partir do estabelecimento de outras formas de interação e de exercício de apropriação e poder. Diante disso, Brigs e Burke (2006) observam que o avanço tecnológico mudou as características de propagação dos impressos. Com tecnologias cada vez mais rápidas, alterou-se o tempo de consumo das informações veiculadas e a forma de sua circulação. O texto que antes era acessado através da compra de jornais e revistas, agora não só é acessado, mas também compartilhado em celulares, tablets, computadores e outras mídias eletrônicas. Essa facilidade apresentou benefícios acerca da velocidade de propagação de fatos e ideias, bem como ampliou o acesso ao que é comunicado.

Em cada tempo histórico, Brigs e Burke (2006) esclarecem que a constante necessidade humana em acessar e propagar informações estava associada ao esforço em controlar o presente e o futuro. Um mecanismo guiado pelos motivos mais diversos possíveis, sejam pessoais, políticos ou econômicos, sendo elementos importantes no curso da história. Daí seu potencial enquanto fonte para compreensão da trajetória da humanidade. Os impressos ocupam um lugar na constituição do imaginário social em torno dos fatos; no caso das crianças negras, se hoje elas ocupam um lugar, ainda que tímido, como vítimas nas denúncias de práticas racistas, em outros tempos, não muito distantes, era diferente.

A imprensa escrita projetava as crianças negras, chamadas de moleques e molecas no século XIX, em anúncios de vendas para o trabalho escravo, para alugar e vender alimentos. As páginas policiais noticiavam as fugas e capturas dessas crianças,

por estarem nas ruas fazendo bicos, trabalhos ou furtos, por praticarem capoeira e outros movimentos que justificavam seus aparecimentos de forma pejorativa nas páginas da imprensa. Após a abolição da escravidão no Brasil, em 1888, ainda distantes dos bancos escolares, as crianças pobres, a maioria negras, eram focos da polícia e de recolhimentos violentos em instituições correcionais semelhantes a prisões. Eram chamadas de gatunos, trombadinhas, delinquentes, marginais, menores, pivetes e outros nomes pejorativos que indicavam a etnia, a classe social e a vulnerabilidade em que viviam.

A INFÂNCIA NEGRA NA LITERATURA: OS CASOS DE NEGRINHA E JESUÍNA

A representação da infância negra, sobretudo a partir do final do século XIX, se despontou no universo literário brasileiro. Durante muito tempo, as escritas que traziam reflexões relacionadas ao povo negro tinham como objetivo explicar a formação social do Brasil escravocrata por um viés econômico, sem considerar as condições de vida dessa população. Com Machado de Assis, em *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, uma emblemática produção publicada em 1881, a infância negra emerge como pano de fundo na figura do moleque Prudêncio, provavelmente na faixa etária dos dez anos. Prudêncio era o brinquedo preferido do sinhozinho⁴ que também tinha a mesma idade e sobre ele montava e o fazia de cavalo, açoitando-o, esporando-o com violência. Uma cena assim, segundo Góes e Florentino (2000, 185-186), não foi pintada por Debret, “[...] mas não é difícil imaginar a criança negra arqueada pelo peso de um pequeno escravocrata. Machado de Assis levou-a para a literatura. Lá está ela, a receber lanhas do dono”. O sofrimento e maus-tratos vividos por Prudêncio nas mãos do menino Brás Cubas revelam a violência do sistema escravista e o entre-lugar da infância negra no contexto da casa-grande. É em um espaço similar a esse, ainda que o tempo seja pós-abolição, que nos deparamos com as protagonistas dos contos selecionados para este estudo: *Negrinha*, de Monteiro Lobato (1882-1948), e *Nota – De como acabou, em Goiás, o castigo dos cacos quebrado no pescoço*, de Cora Coralina (1889-1985).

Por meio de uma escrita tensa e dramática, os dois contos apresentam a espoliação da infância negra, sob os resquícios da escravidão. Ao estabelecer um diálogo entre essas estéticas literárias, trazemos à tona as agruras vivenciadas pela

⁴ Diminutivo de sinhô, forma de tratamento geralmente empregada pelos escravos para se dirigir aos filhos do patrão.

criança negra no momento da enunciação e isso nos possibilita ler a realidade dessa infância na sociedade brasileira da primeira metade do século XXI. As inúmeras situações de racismo e humilhações sofridas por meninos e meninas negras, conforme exposto por alguns veículos da imprensa brasileira no primeiro semestre de 2022, são desdobramentos de um perverso passado escravista.

Com Candido (1985, p. 74), entendemos que uma obra literária “não é produto fixo, unívoco ante qualquer público; nem este é passivo, homogêneo, registrando uniformemente o seu efeito”; ela é construída por uma rede dialógica de sentidos que são atualizados a cada nova leitura. Assim, as narrativas em questão, embora retratem um tempo histórico específico, direcionam o nosso olhar para a realidade atual da criança negra, em sua maioria, pobre, inserida num contexto social e político negligente e que usurpa dos pequenos o direito de infância. O racismo e o preconceito ainda resistem, apesar de inúmeros avanços na legislação brasileira no que diz respeito à proteção à criança e ao adolescente – o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA – (BRASIL, 1990), por exemplo. Emerge dos contos essa dolorosa herança de longa data, perpetuada, conforme Proença Filho (2004, p. 1), pelas “instâncias fundadoras que marcaram a etnia, no processo de construção da sociedade brasileira”. Esta, mesmo em sua diversidade, ainda carrega as marcas da visão eurocêntrica e branca.

Sob a perspectiva de Candido (2011, p. 177) de que a literatura “confirma e nega, propõe e denuncia, apoia e combate” os dilemas e valores socialmente construídos, os contos *Negrinha* e *Nota – De como acabou, em Goiás, o castigo dos cacos quebrado no pescoço*, por meio de uma linguagem acentuadamente crítica, evidenciam o tratamento dado à infância negra no Brasil. Consequentemente, as narrativas atualizam a nossa percepção sobre as inúmeras formas de racismos e preconceitos ainda presentes na sociedade brasileira contemporânea, como apresentaramas reportagens veiculadas na imprensa no primeiro semestre de 2022, analisadas neste estudo.

Interpretar o contexto atual com as lentes da literatura é possível porque os textos literários, objetos construídos com base na verossimilhança, ou seja, com uma aparência de real, levam-nos a experienciar dialeticamente os diversos problemas da vida e as mais complexas realidades. Há nesse processo estético um poder humanizador que, no dizer de Candido (2011, p. 180), propicia “[...] o exercício da reflexão, a aquisição do saber, a boa disposição para com o próximo, o afinamento das emoções, o senso da beleza”. Tanto o texto de Cora Coralina (2011), quanto o de Lobato (1994), trazem elementos para debatermos a respeito do papel de humanização da literatura

por escancararem a realidade social e histórica dos lugares ocupados (ou não) pelas crianças negras na sociedade brasileira durante a escravidão e na pós-abolição. Feitas essas considerações, adentremo-nos nas narrativas que, por sinal, apresentam inúmeros pontos de convergências como se uma fosse o espelhamento da outra, conforme veremos no transcurso desta análise.

Acompanhemos a trajetória de suas protagonistas, duas meninas negras, na faixa etária de sete a dez anos, órfãs, desprotegidas, vítimas da violência do racismo. Estamos falando da pequena e franzina Jesuína do conto de Cora que, ironicamente, recebeu o nome de sua madrinha/dona e de Negrinha, nome constantemente substituído por um número sem fim de termos depreciativos como nos apresenta o narrador: “peстинha, diabo, coruja, barata descascada, bruxa, pata-choca, pinto gorado, mosca-morta, sujeira, bisca, trapo, cachorrinha, coisa-ruim, lixo” (LOBATO, 1994, p. 25). As tantas adjetivações indicam que a criança não possuía identidade, nem mesmo Jesuína, cujo nome não a isenta da condição objeto de sua senhora. As duas são filhas da escravidão e, entregues à própria sorte, sofreram privações diversas pela condição social e cor da pele. Sofreram por existirem.

Lobato (1994, p. 24) descreve Negrinha como “[...] uma pobre órfã de sete anos. Preta? Não; fusca, mulatinha escura, de cabelos ruços e olhos assustados [...] magra, atrofiada”. Igualmente, Jesuína, dez anos, foi apresentada por Cora (2008, p. 76) como uma menina “magrinha, grandes olhos de espanto para a vida. Medrosa, obediente”. Essas descrições, vinda de vozes oniscientes e interpretativas, apontam o envolvimento das autoras na representação da infância negra nos contextos retratados. Se aproximam das duas crianças para revelar o lugar periférico que elas ocupavam na história. Nesse exercício de focalização próxima, essas entidades narrativas denunciam os silenciamentos e os desmandos impostos às crianças negras numa sociedade regida pelos vestígios da escravidão. Mesmo após a assinatura da Lei Áurea, promulgada em 13 de maio de 1888, a abolição da escravidão no Brasil representou um marco, ao pôr fim à prática escravista. No entanto, segundo Lucindo (2016), esse instrumento legal não trouxe mudança à população afrodescendente, que foi abandonada à própria sorte sem que houvesse um planejamento de reparação econômica e social.

As meninas ficaram órfãs, algo que acometia muitas crianças pretas e pobres; em razão disso vão morar na casa de suas senhoras, ex-donas de escravos. É nesse espaço, que funciona como extensão da casa-grande, logo, sem nenhum significado de lar para as protagonistas, que toda a ação se desenrola. Negrinha ficava nos “[...]”

cantos escuros da cozinha, sobre a velha esteira e trapos imundos. Sempre escondida, que a patroa não gostava de crianças” (LOBATO, 1994, p. 24). Jesuína “[...] dormia numa esteirinha nos pés da grande marquesa de sobrecéu armado, da madrinha. Velhos pedaços de forro eram a coberta” (CORALINA, 2011, p. 36). Naquele lugar, as crianças viviam sobre o mandonismo autoritário de suas senhoras: Dona Inácia e Dona Jesuína.

Dona Inácia, “excelente senhora [...], dona do mundo, amimada dos padres, com lugar certo na igreja e camarote de luxo reservado no céu”, dama “de grandes virtudes apostólicas, esteio da religião e da moral” (LOBATO, 1994, p. 24). De igual modo, Dona Jesuína era uma senhora “apatacada, dona de Teres-Haveres. [...] muito solidária com a morte e com os vivos” (CORALINA, 2011, p. 35). A contradição presente na construção das duas antagonistas é a chave de leitura para o entendimento do lugar da criança negra nas sociedades, seja na ficção ou no contexto atual. E isso faz da literatura uma importante fonte a ser explorada/interpretada, pois no curso das narrativas, o retrato dessas senhoras é pintado com as cores da ironia, da crítica e da denúncia social. Elas se fazem representantes de uma sociedade preconceituosa e excludente que assujeita a criança negra às condições desumanas de vida e ao silenciamento. A ironia ácida com que as virtudes das duas senhoras são expostas nos leva a penetrar na ficção e a perceber a perspectiva adotada pelo narrador, que é a de trazer à tona toda a crueldade impingida às crianças negras, sob a anuência da Igreja e do Estado.

Historicamente, o discurso e a prática da igreja católica, e de outras religiões cristãs, chancelou as ações do Estado, sobretudo, no que tange à existência dos negros e à condição de escravidão a que estavam submetidos. Categorizados como seres sem alma, semelhantes aos animais, não eram considerados gente e durante muito tempo, esse argumento de base teológica validou a escravidão no Brasil e legitimou as mais diversas práticas de castigos dos corpos negros. Na literatura, a vida dos negros foi escancarada nos sermões de Padre Antônio Vieira (1608-1697), importante membro da Companhia de Jesus, hábil com a oratória e responsável por cristianizar os povos africanos estabelecidos em terras brasileiras.

No Sermão XIV do Rosário, Vieira (1633) reconheceu toda a sorte de violência aplicada aos negros. Todavia, usou seu poder de persuasão não para provocar a resistência ou incentivar a liberdade dos escravos, mas se dirigiu aos cativos com o intuito de convencê-los a aceitarem passivamente a condição terrena de dor e servidão, tal qual o penar de Cristo na cruz. Em consonância com a teologia da retribuição, a renúncia a uma vida digna na terra era condição necessária para se alcançar o paraíso. Isso indica que, o engenho, de acordo com Bosi (2009, p. 261), seria o “doce inferno”,

para usar o termo de Vieira, o tempo de purificação e de espera que os “desterrados filhos de Eva” deveriam suportar com vistas à “transmigração final, não da África para a América, mas da América para o céu”. Se o adulto negro sofria tantos dissabores, não é difícil imaginar o que se passava com filhos/as da escravidão.

Passados mais de três séculos das exortações de Vieira e já abolida a escravidão, a vida de perversidade acometida contra a criança negra não se alterou. Negrinha e Jesuína não usufruíam do direito de ser criança, pois a existência dessas meninas era marcada por dores e humilhações constantes. Negrinha tinha o corpo “tatuado de sinais, cicatrizes, vergões. Batiam nele os da casa todos os dias, houvesse ou não houvesse motivo. Sua pobre carne exercia para os cascudos, cocres e beliscões a mesma atração que o ímã exerce para o aço” (LOBATO, 1994, p. 25). O ápice da violência contra essa criança aconteceu quando Dona Inácia a castigou com um ovo quente na boca simplesmente pelo fato de a menina chamar, por justo motivo, uma criada da casa de “peste”, “um dos nomes com que a mimoseavam todos os dias” (*idem*). A cena de sofrimento da criança tendo que suportar o ovo fervendo na boca, foi descrita de forma tão minuciosa e realista que provoca dor e revolta diante de tamanha crueldade. E isso fica ainda mais acentuado quando o narrador descreve, de forma irônica, o comportamento de Dona Inácia após a atrocidade cometida:

- E a virtuosa dama voltou contente da vida para o trono, a fim de receber o vigário que chegava.
- Ah, monsenhor! Não se pode ser boa nesta vida... Estou criando aquela pobre órfã, filha da Cesária mas que trabalheira me dá!
- A caridade é a mais bela das virtudes cristãs, minha senhora – mumurou o padre.
- Sim, mas cansa...
- Quem dá aos pobres empresta a Deus.
- A boa senhora suspirou resignadamente.
- Inda é o que vale...(LOBATO, 1994, p. 26-27).

A cena retratada realça uma voz ficcional que denuncia o descaso das instituições sociais, sobretudo da Igreja, na proteção da infância negra, pois a presença do vigário na casa de Dona Inácia era recorrente, logo, ele tinha conhecimento do que se passava com Negrinha. No entanto, em momento algum o religioso tomou atitude em defesa da menina, embora fosse o guardião das virtudes cristãs. Sob o véu ideológico do sagrado, o padre naturalizou as injustiças praticadas contra a menina. Afinal, para ele, quão caridosa era Dona Inácia por criar uma pobre órfã, filha de escrava! Assim, a representação caricaturesca das atitudes elogiosas do vigário a Dona Inácia naturalizou a histórica omissão de quem deveria defender os mais fracos e oprimidos.

Com Jesuína, o castigo exemplar não foi um ovo quente na boca, mas um colar

dos cacos da tampa de uma sopeira que caiu acidentalmente de suas mãos. O adereço colocado no pescoço da menina foi feito de uma “cacaria serrilhada, amarrada a espaço num cordão encerado, ficava como humilhante castigo exemplar”, uma punição elaborada “com simetria e gosto maldoso”, conforme denunciou a poetisa (CORALINA, 2011, p. 77). Tanto Jesuína quanto Negrinha carregaram em seus corpos as marcas da crueldade de suas senhoras. Silenciadas, as duas meninas viviam um suplício físico e psicológico cotidiano. Eram adestradas como se fossem animais em nome da ‘boa educação’, uma forma de validar toda a prática de violência contra as pequenas.

O exercício de ser criança só acontece quando as meninas se deparam com a boneca, objeto lúdico que aparece nos dois contos. A única distração de Jesuína era uma boneca de pano, um luxo permitido por sua madrinha, Dona Jesuína, e também um instrumento de tortura psicológica, visto que diante de qualquer falta, mínima que fosse, sua senhora vaticinava: “eu tomo a sua boneca”, ameaça que causava pavor em Jesuína. Negrinha, por sua vez, nem isso possuía, contentava-se apenas em observar o cuco do relógio: “Era seu divertimento vê-lo abrir a janela e cantar as horas com a bocarra vermelha, arrufando as asas. Sorria-se então por dentro, feliz um instante” (LOBATO, 1994, p. 25). A aparente passividade sofreu uma reviravolta com a chegada das sobrinhas de Dona Inácia, que, dentre os inúmeros brinquedos que levaram, havia uma boneca. Negrinha nunca havia visto tal objeto, não sabia não o que era, mas olhava-o com êxtase, tendo a certeza de que “era uma criança artificial” (LOBATO, 1994, p. 27). As recém-chegadas ficaram admiradas diante da reação de Negrinha:

- Nunca viu boneca?
- Boneca? – repetiu Negrinha. – Chama-se Boneca? Riram-se as fidalgas de tanta ingenuidade.
- Como é boba! – disseram. – E você, como se chama?
- Negrinha.
- As meninas novamente torceram-se de riso; mas, vendo que o êxtase da bobinha perdurava, disseram, apresentando-lhe a boneca:
- Pegue!
- Negrinha olhou para os lados, ressabiada, com o coração aos pinotes. Que aventura, santo Deus! Seria possível? Depois, pegou a boneca. E, muito sem jeito, como quem pega o Senhor Menino, sorria para ela e para as meninas, com assustados relanços de olhos para a porta. Fora de si, literalmente... Era como se penetrara no céu e os anjos a rodeassem, e um filhinho de anjo lhe tivesse vindo adormecer ao colo (LOBATO, 1994, p. 28).

O deslumbramento de Negrinha pela boneca a fizera se esquecer dos castigos recebidos e naquele momento: “Sentiu-se elevada à altura de ente humano. Cessara de ser coisa – e doravante ser-lhe-ia impossível viver a vida de coisa. Se não era coisa! Se sentia! Se vibrava!” (LOBATO, 1994, p. 29). Uma revelação que lhe custara a vida, pois com a volta das meninas para casa, Negrinha sentiu-se outra, transformada

e não poderia mais viver a condição de objeto. Uma tristeza profunda tomou conta de todo o seu ser, envolvida por uma névoa se sentiu “agarrada por aquelas mãozinhas de louça – abraçada, rodopiada”, Negrinha entregou o seu surrado corpo à terra que “papou com indiferença aquela carnezinha de terceira – uma miséria, trinta quilos mal pesados”.

Jesuína também perdeu a vida depois de longos dias usando o colar de cacos, a humilhação chegou ao fim no correr de uma noite em que um dos cacos pontiagudos feriram mortalmente a veiado pescoço da menina. Por ali, seu pouco sangue havia se esvaído e pela manhã, ela se encontrava “enrodilhada, imobilizada para sempre” (CORALINA, 2011, p. 39). É interessante notar que no quarto onde Jesuína dormia havia quadros de santos presos na parede, e de acordo com Cora, todos eles, no silêncio da alcova, hieráticos e frios, testemunharam o abafado gemido de dor da garota. Embora sendo considerados elementos importantes da fé católica, os santos, inertes como estavam, ironicamente, assistiram ao sofrimento e à morte da protagonista. Nessa fina ironia, há umavelada crítica à Igreja que, por negligência e omissão, também contribuiu para a morte da criança. Ao saber do ocorrido, as amigas de Dona Jesuína trataram logo de dar-lhe os pêsames com a justificativa de que a mãe viera buscar a filha. Com essa afirmativa, mais uma vez a narrativa criticou o comportamento desumano de toda aquela sociedade.

A voz narrativa que acompanha as duas meninas se projeta sobre as complexidades sociais do tempo pós-abolição da escravatura no Brasil e nos ajuda a ler a história nos seus silenciamentos e naturalizações, interstícios nem sempre captados pelo olhar de quem lê ou pesquisa. Isso porque, a narrativa pela via do verossímil produz uma ilusão do real, conforme já mencionado; assim, a ficção literária ao apresentar a infância como personagem pode provocar também a reflexão sobre essa fase da vida, tomando-a como objeto de análise. Esse exercício, segundo Booth (1980, p. 171), é construído por meio de um diálogo “implícito entre autor, narrador, os outros personagens e o leitor”. Um processo no qual os conhecimentos, intencionalmente, são “planejados pelo autor e conscientemente assimilados pelo receptor”, conforme registrou Candido (2011, p. 186). Esses movimentos podem ajudar a interpretar determinado contexto e tempo na história.

Sobre essa questão, Darnton (1986, p. 39), em suas análises, salientou que “[...] as condições sociais que aparecem nos contos são reflexos da realidade e podem variar de acordo com a realidade”. Nessa perspectiva, os textos literários de Lobato e de Cora Coralina retratam um momento histórico em que a abolição da escravidão, realizada

em 13 de maio de 1888, pouco tivera efeito na vida de crianças negras. Isso fica ainda mais grave quando nos deparamos, em pleno século XXI, passados mais de cem anos da assinatura da Lei Áurea, com cenas de racismos, violências, humilhações e tantas outras negligências contra essas pessoas pequenas, conforme veremos no próximo subitem.

OS OVOS QUENTES E OS COLARES DE CACOS DE AGORA: MATÉRIAS DE RACISMOS

Ao buscar matérias publicadas no ano de 2022, que se ocuparam de divulgar ações racistas cometidas contra crianças, em uma busca de cerca de duas horas, encontramos dezessete matérias das quais inserimos alguns dados no quadro abaixo para serem visualizados e, posteriormente, problematizados. Optamos, neste texto, por recortar cinco casos cometidos contra crianças na faixa etária de dois a quatro anos. Nesse caso, duas crianças de quatro anos, duas de três e uma de dois anos, para análise posterior.

Quadro 1 – Dados de matérias em jornais sobre racismo e infância

MATÉRIA	GÊNERO	IDADE	ESPAÇO	AGRESSORAS/ ES	AUTORIA DA DENÚNCIA
01	Menina	Sete anos	Escola/Parque [DF]	Colega da escola	Mãe
02	Menino	Três anos	CEI [SP]	Equipe de professoras/es	Mãe
03	Menino	Oito anos	Condomínio [SP]	Crianças e adolescentes	Mãe
04	Menino	Onze anos	Campeonato de futebol [GO]	Técnico time adversário	Técnico do menino
05	Menino	Cinco anos	Caminho para escola [CE]	Mulher/parente idosa	Mãe
06	Menina	Dois anos	Mensagens WhatsApp [SP]	Vereador	Mãe
07	Menino	Dez anos	Doceria [SP]	Segurança	Mãe
08	Menino	Oito anos	Supermercado [BA]	Funcionária	Mãe
09	Menina	Dez anos	Praia [RJ]	Acusado, esposa, amigo	Família
10	Menina	Sete anos	Rede Social [SC]	Mulher/parente	Mãe
11	Menina	Não definida	Shopping [SP]	Mulher com filhos	Amiga/família
12	Menino	Três anos	Redes sociais [RJ]	Várias/os	Mãe

13	Menina	Quatro anos	Escola Privada [PR]	Colega da instituição	Pai/mãe
14	Menina	Nove anos	Parquinho [RJ]	Mulher	Mãe
15	Menina	Oito anos	Escola Pública[CE]	Educadora	Mãe
16	Menina	Doze anos	Papelaria [SP]	Funcionária	Homem negro
17	Menina	Quatro anos	Rede social [MG]	Várias/os	Mãe

Fonte: Elaborado por Diane Valdez (2022), a partir dos dados levantados para esse artigo.

Como podemos observar nesse quadro⁵, há categorias como gênero, idade, espaço, quem cometeu a ação racista e autorias das denúncias públicas. Como são muitos dados, não teremos a possibilidade de analisar todos da forma que merecem, mas tentaremos problematizar alguns dados e reservar para outro texto as pontuações, importantes da mesma forma, a serem analisadas.

As idades variam entre dois e doze anos e, conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990), o marco legal dos direitos humanos de crianças e adolescentes, considera-se criança a pessoa até doze anos de idade incompletos. Abaixo de sete anos são oito crianças e acima, até doze anos, também são oito, o que não indica uma precedência etária a respeito das ações racistas interpeladas nessas fontes. Isso não significa que crianças negras com idade abaixo de dois anos estejam livres do racismo. Sobre essa questão, Oliveira e Abramowicz (2010, s.p.) investigaram as práticas educativas cotidianas de uma creche, com o recorte da questão racial na relação de adultas/os com crianças de zero a três anos, e concluíram que essa faixa etária é igualmente atingida por ações racistas:

O racismo aparece na educação infantil, na faixa etária entre 0 a 2 anos, quando os bebês negros são menos "paparicados" pelas professoras do que os bebês brancos. Ou seja, o racismo, na pequena infância, incide diretamente sobre o corpo, na maneira pela qual ele é construído, acariciado ou repugnado.

De acordo com o exposto, é possível perceber uma série de práticas vinculadas à estética nas matérias que narram episódios reais de racismo. Isso implica na equivocada crença de que as características físicas e outras estéticas de um povo, ou etnia, sejam superiores a outras. Nos episódios observados, a estética negra das crianças é vista como inferior, feia, suja, indesejável. E não importa a idade, o racismo se manifesta publicamente com status individual ou coletivo.

É o caso da criança de três anos que levou uma fantasia de palhaço para uma

⁵ Diante da quantidade de reportagens elencadas optou-se por citar apenas as cinco escolhidas para recorte.

festa com o tema de circo em um Centro Educacional Infantil (CEI) e foi caracterizado com uma máscara de macaco. No vídeo, divulgado nas redes sociais, outras crianças cantavam em torno dele uma música com os seguintes dizeres: "[...] você virou, você virou um macaco"⁶. O CEI, conveniado a uma associação evangélica, na época, defendeu-se nas redes sociais afirmando indignação pela ação da família e injustiça por parte da mãe. Em nenhum momento, a instituição admitiu o erro e, até onde pesquisamos, nenhuma família se solidarizou com o acontecido. Em junho de 2022, a mãe da criança fez um boletim de ocorrência, denunciando o racismo.

No segundo caso, o lugar é uma instituição privada de educação infantil onde uma menina de quatro anos foi vítima de racismo com agressão física. A criança, que foi chamada de "cocô", recebeu uma cuspada no rosto e teve o punho quebrado por um colega da mesma idade. Nesse caso, a ressalva fica por conta de que a criança é filha de imigrantes haitianos e, segundo a família, as agressões iniciaram nos dois primeiros meses da vida escolar da pequena e a escola não tomou nenhuma providência a respeito. A família mudou a filha de escola, abriram mão da bolsa de estudo e denunciaram o caso de racismo para o Ministério Público e Conselho Tutelar. A instituição, por meio de uma nota pública, eximiu-se de sua responsabilidade, afirmando que "nunca houve nenhum ato de preconceito ou discriminação dentro da escola e que é contrária à intolerância"⁷.

A respeito da instituição escolar, nesse caso de educação infantil, Silva e Silva (2015) afirmam que diante do caráter social desse espaço é fundamental articular educação, raça e cidadania, indo adiante dos chamados temas transversais das propostas curriculares. Isso porque, é nesse lugar que, em tenra idade, crianças negras sofrem ações de discriminação racial, preconceitos que podem ser problematizados com práticas educativas emancipatórias. É importante ressaltar a relevância da formação continuada para trabalhadoras/es da educação de um modo geral. Todavia, uma formação que priorize questões raciais no aspecto de direitos humanos.

Saindo do âmbito da educação infantil, não é difícil deparar com o racismo praticado contra crianças pequenas em outros lugares. Vamos nos ater em três casos divulgados em redes digitais. Sobre os ciberespaços, Berleze e Pereira (2017, p. 13)

⁶ **Criança negra é fantasiada de macaco em escola municipal de São Paulo.** Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2022/06/04/apos-denuncia-de-racismo-contracriancafantasiadaemacaco-escola-se-pronuncia-pelas-redes-sociais.ghtml> [04/06/2022] Acesso em 01/09/2022.

⁷ **Menina negra, de 4 anos, tem punho quebrado em escola de Curitiba.** Disponível em: Extra 14/04/2022 <https://extra.globo.com/noticias/educacao/filha-de-imigrantes-crianca-negra-chamada-de-coco-leva-cuspida-no-rosto-em-escola-privada-de-curitiba-denunciam-pais-25474630.html> Acesso em 01/09/2022.

ressaltam que nos ambientes virtuais diferentes grupos compartilham identidades, visões de mundo e os preconceitos que têm em comum:

As redes sociais espelham este preconceito e as pessoas negras e pardas são continuamente xingadas, ofendidas, humilhadas pelos seus pares, constituindo-se a injúria racial, apesar de ser crime, um lado perverso de uma sociedade que se democratiza a cada dia.

O lado perverso e covarde das redes não poupa ninguém, sobretudo as crianças de diferentes idades. Embora o ECA, de acordo com Nova (2022, p. 62), entenda que as violações de direitos sejam crimes, elas são expressas nos maus-tratos como manifestação do racismo:

Que nos maus-tratos contra as crianças negras há uma motivação que também é racial, que é racista. Tratar os maus-tratos contra crianças negras como racismo é fundamental para que busquemos estratégias de, se não eliminar, ao menos diminuir o racismo que está presente na estrutura social, nas instituições, mas também nas nossas ações quando crianças e adolescentes são afetados/os direta ou indiretamente pelas nossas intervenções. Estabelecendo o cumprimento das diretrizes e orientações previstas no ECA para a defesa dos direitos e garantias fundamentais e priorizando, de fato, as crianças do nosso país, especialmente as crianças negras (NOVA, 2022, p. 62).

A menina M. E. de quatro anos, que venceu o concurso de Miss Minas Gerais Kids, foi mais um alvo nas redes sociais. Seu cabelo, entre outros, motivou ataques racistas coletivos. Foi chamada de bruxa, opondo-se ao cabelo de princesa, ou seja, a imagem estereotipada de princesa com cabelos longos, louros e lisos serviu para instigar o racismo. A mãe da menina expressou sua dor na matéria lembrando que não é a primeira vez que isso aconteceu e que se tratava de uma criança que não sabia se defender. Lembrou que a menina, como qualquer outra criança, tinha sonhos e que ela, de forma impotente, sofre e teme pela filha que, tão pequena, é alvo de sucessivas crueldades⁸.

O próximo caso⁹ se trata de um menino de três anos que, ao ter a sua foto publicada em uma rede social, sofreu ataques racistas, entre outros, com expressões violentas, definindo-o como macaco e deformado. O depoimento da mãe também não se difere de outras que tiveram suas crianças expostas a atos de ódio. Ao reagir e registrar um boletim de ocorrência na Delegacia de Repressão aos Crimes de Informática da cidade do Rio de Janeiro, a responsável pela vítima ressaltou o quanto

⁸ **Miss Minas Gerais Kids é alvo de racismo nas redes sociais** Disponível em: Redação - O Estado de S.Paulo [12/07/2022] <https://emails.estadao.com.br/noticias/geral,miss-minas-gerais-kids-e-alvo-de-racismo-nas-redes-sociais,70004114227> Acesso em 01/09/2022.

⁹ **Menino de 3 anos é alvo de ataques racistas na internet: 'Uma estaca no meu peito', diz mãe.** Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2021/07/26/menino-de-3-anos-e-alvo-de-ataques-racistas-na-internet-uma-estaca-no-meu-peito-diz-mae.ghtml> Acesso em 01/09/2022.

isso a violentou, pois se trata de uma criança negra e, por isso, sofreu ataques agressivos de diversas pessoas. A mãe lembrou que isso não é 'mimimi', pois essas ações perversas ferem as pessoas. E é urgente mudar, pois ninguém merece este tipo de ataque, arrematou a genitora que preferiu não se identificar para evitar constrangimentos.

A mesma reportagem, diferente de outras, traz vozes que orientam a respeito do racismo praticado contra crianças e diferencia a denúncia de injúria racial e crime de racismo. A defensora do Ministério Público do Rio de Janeiro, citada na reportagem, registrou que pela característica dos ataques trata-se de um crime de racismo, logo, considerado mais grave e com pena maior:

Houve uma depreciação da pessoa negra em si, agravada pelo fato de que foi um direcionamento contra uma criança. Isso é algo muito sério. Enquanto a gente permanecer considerando como injúria racial, existe um dado muito subjetivo que é colocado. E o racismo, ele dá a conotação de que nós vivemos numa sociedade racista e que a prática discriminatória contra pessoas negras é que deve ser combatida por todos nós.

O professor babalaô Ivanir dos Santos, do Centro de Articulação de População Marginalizada e da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, também expressou sua opinião sobre o crime:

Ele tem uma qualificante ainda que é uma criança indefesa. Tem que também conjugar o racismo com a questão dos direitos da criança e do adolescente. Todos nós devemos reagir. Os pais negros e não negros, né, os pais de filhos de casamentos interracialis e os brancos não racistas. Nenhum de nós podemos aceitar que ataque de ódio racial – que é de ódio racial – a um ser indefeso que é uma criança, a sociedade pode achar que isso é natural e normal.

Notamos nessa matéria que as vozes, tanto da procuradora quanto do professor, projetam-se na defesa das crianças com argumentos fundamentais para a compreensão de que se trata de um crime e deve ser combatido por todas as pessoas.

Por último, desejando que fosse derradeiro, mas não é, apresentamos a manifestação racista de um vereador que se incomodou com a foto de uma criança negra de dois anos ao lado de sua filha de quatro anos em uma situação de brincadeira na praia¹⁰. O vereador demonstrou seu ódio e, sem qualquer constrangimento, escreveu em mensagem de *WhatsApp* para a mãe da criança, dizendo que era contra a amizade entre as duas crianças, pois não queria uma “[...] pretinha feia e fedida com a minha filha [...] Minha filha não entende o que é certo ou errado, mas se vocês insistirem nisso

¹⁰ **Vereador denunciado por ofensas contra menina negra de 2 anos é suspenso por 6 meses do partido** Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-jose-do-rio-preto-aracatuba/noticia/2021/11/17/vereador-denunciado-por-ofensas-contra-menina-negra-de-2-anos-e-suspenso-por-6-meses-dopartido.ghtml> Acesso em 01/09/2022.

essa sua neguinha que vai pagar o preço"¹¹.

Nesse caso, por se tratar de uma cidade pequena, o vereador, incomodado, não acuado, sentiu-se no direito de perseguir a mãe da criança que, diante das ameaças, precisou alterar sua vida na cidade. Embora o fato tenha ocorrido em 2021, consideramos esse caso pelas notícias divulgadas no ano de 2022 em virtude dos desdobramentos do ocorrido, pois a investigação da polícia civil prossegue. A matéria anunciou a respeito da instauração de uma Comissão Processante para investigar a quebra de decoro do vereador. Nada foi encontrado sobre este encaminhamento, exceto a suspensão da filiação do vereador pelo seu partido por um tempo determinado de seis meses.

Diante de tantas negligências e descasos, as duas mães, a da criança que foi atacada pelo vereador e a outra do menino vestido de macaco, processada pela escola, possivelmente seguem sem uma rede de proteção, seja de organizações da sociedade civil, equipamentos públicos ou rede sociofamiliar. Sem esses suportes fundamentais para romper com o ciclo de violência do racismo, fica mais difícil enfrentar as atitudes preconceituosas das pessoas.

Outro aspecto a ser problematizado, trata-se da categoria de autoria dos atos racistas nas fontes analisadas. No quadro, é possível observar que em um total de dezessete matérias, encontramos três casos em que crianças e adolescentes, nas faixas etárias semelhantes das vítimas, cometeram a violência registrada. O restante, treze casos, foram cometidos por pessoas adultas das mais diversas esferas sociais, tais como: educadoras/es, técnico de futebol, mulheres [idosas, jovens, parentes], homens [acompanhados ou sozinhos], vereador, seguranças e funcionárias/os de estabelecimentos comerciais.

A variedade de pessoas nesse movimento pode indicar que as ações de agressão de cunho racista não poupam crianças e adolescentes. Ainda, não podemos perder de vista que o número maior de pessoas adultas, seja homem ou mulher, é definidor para pensarmos a educação familiar ou a educação dada por adultos independentemente do gênero.

De acordo com a pesquisa *O mapa do ódio no Brasil*, publicada em 2019 pela ONG *Words Heal the World*¹², no ano de 2018, os crimes de ódio racial aparecem constantemente nos registros policiais e "são seguidos por crimes de ódio motivados

¹¹ Idem.

¹² Mapa do ódio no Brasil. Words Heal The World. Disponível em: <https://www.wordshealtheworld.com> Acesso em 01/09/2022.

por preconceito em relação à orientação sexual (tendo como alvo a comunidade LGBT) e ao gênero feminino (feminicídio)” (WORDS HEAL THE WORLD p. 24)¹³. Essedado é importante para justificar, sem recuos, o investimento na formação continuada na comunidade escolar que contemple os temas do combate ao racismo, LGBT-fobia e o feminicídio.

Ao nos aproximar dos cinco casos aqui trazidos, podemos tomar essas histórias e refletir a respeito de práticas racistas cometidas em diferentes espaços do país, manifestadas de forma individual ou em grupos. A menina de dois anos, chamada de “pretinha feia e fedida” por um vereador que, parece ter saído ileso do crime. O menino de três anos exposto na rede social com uma máscara de macaco. A menina de quatro anos que teve o punho quebrado na escola por uma criança de sua faixa etária. Um menino e uma menina, de três e quatro anos, que sofreram ataques racistas pela internet. Esses são alguns casos diante de um mar de violência cometido covardemente contra crianças negras.

Os discursos insultuosos e os atos depreciativos foram (e são) realizados em espaços comunitários, públicos e privados. Nada impede determinadas pessoas, nem a luz do dia, de praticar ações que interferem negativamente na formação da autoestima de outrem, independentemente, da faixa etária. Isso porque, o objetivo é agredir, desvalorizar a identidade das crianças negras. Ainda que a responsabilidade de pessoas adultas seja a de proteger e cuidar da formação infantil, nega-se o direito de meninas e meninos de viverem suas infâncias de forma positivada, fato que evidencia a necessidade real de combater qualquer forma de racismo. Insistir na formação da identidade negra positivada é fundamental para que as crianças se reconheçam, valorizem-se e, desde pequenas, não se silenciem, pois violência e racismo estão comumente vinculados, impossíveis de separar.

No tema de proteção, é importante ressaltar sobre quem fez a denúncia, dos dezessete casos. Treze foram de mães das crianças, um de mãe e pai, o restante de outros que incluem pessoas da família, amigas, etc. Vale ressaltar que, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) cerca de 60% das mães só no Brasil são negras e o abandono paterno é uma realidade. De acordo com Evans (2020, s.p.), no Brasil “[...] 63% das casas chefiadas por mulheres negras estão abaixo da linha da pobreza. Em 2018, segundo o estudo, esse valor equivalia a aproximadamente R\$ 145 mensais, por pessoa”. Ou seja, além da pobreza, da vulnerabilidade e da

¹³ Idem.

maternidade solitária, as mães negras são as que, nestes casos, denunciam e enfrentam as violências contra suas crianças, protegendo-as e visibilizando o histórico racismo estrutural.

POSSÍVEIS CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na tentativa de dialogar com a literatura e a imprensa, tendo como foco a infância negra, ainda que muitos dados tenham ficado sem análise, é possível trazer parte do que três pesquisadoras da história da educação problematizaram nesse texto. Vale ressaltar as inúmeras possibilidades de confrontar fontes com características e tempos diferentes quando se trata de abordar temas sociais urgentes como o racismo cometido contra crianças negras. Enfrentar temas dessa natureza não é um papel somente da escola, pois, como foi apresentado, as práticas racistas acontecem em todos os lugares, o que ressalta a relevância de investir em ações educativas que tenham como foco as diferenças para construir, de fato, uma educação inclusiva.

Ao consultarmos as fontes eleitas, a literatura e a imprensa, marcando seus tempos e espaços, é possível perceber que a imagem da criança negra se diferencia, embora o foco do racismo ainda persista. Na imprensa, se durante um período extenso a imagem dessa infância permaneceu reduzida a estereótipos fomentadores da violência da escravidão, do abandono, dos maus-tratos, indiferença, comércio humano, etc., após a abolição, pouco se altera a situação de aparecimento deste público nas páginas de jornais e revistas. Os estudos sobre a criança negra no século XX apontam que a abolição não incluiu crianças negras em espaços educativos e, tampouco, promoveu políticas públicas para esta população. A imprensa não foi uma aliada e manteve o discurso de culpabilizar a infância e a adolescência, pretas e pobres, pela situação social em que viviam.

Passado mais de um século, as práticas racistas se mantêm sob outras roupagens e a imprensa, diante das exigências impostas por movimentos e militâncias antirracistas, contemplam nas escritas uma espécie de denúncia, incluindo dados que citamos no quadro. Embora o espaço tenha sido conquistado, as matérias são curtas e focam nos mesmos aspectos; poucas matérias, nem dez por cento, problematizaram as práticas racistas com opiniões de quem pesquisa ou milita nas questões do racismo estrutural. Consideramos um avanço a circulação de matérias, de todo os lugares do país, denunciando a violência contra as crianças negras. No entanto, a imprensa precisa cumprir com o papel de informar com dados que enfrentem e combatam qualquer tipo de preconceito.

Nos contos analisados, embora haja pistas de denúncias, há passagens que mantêm o lugar de naturalização do racismo que matou Negrinha e Jesuína, as meninas dos contos que de protagonismo, como muitas outras crianças negras, nunca tiveram para além da literatura escolhida. Ainda que as duas autorias tenham sido escritas sob forma de acusação às violências especificadas, não podemos qualificar os textos sob a ótica de uma literatura comprometida com o combate ao racismo. Não poupamos Monteiro Lobato das explícitas manifestações de racismo em suas escritas, pois são várias as pesquisas que confrontam as obras deste autor que desqualificou pessoas negras, ressaltou a superioridade racial branca e manteve preconceitos etnocêntricos, eugenistas e racistas em suas publicações, seja para a criança ou para os adultos.

Cora também não tomou esse tema com um combate em suas escritas, exceto neste conto incluído como Nota após o conto *O Prato Azul Pombinho* para falar a respeito do castigo do colar dos cacós quebrados no pescoço. Ou seja, reconhecemos nos textos analisados, de Cora e de Lobato, possíveis denúncias, todavia, não podemos considerar, ainda que de forma individual, a possibilidade de uma literatura antirracista.

Ao nos comprometer com o desafio de trazer tempos e fontes diferentes para a escrita deste texto, observamos e concluímos que as histórias de Negrinha e de Jesuína se mantêm em muitas crianças negras das matérias jornalísticas. O racismo imputado a elas hoje pode matá-las e os ovos quentes e os colares de cacós quebrados nos pescoços são mantidos nas palavras, nas ações e nas manifestações racistas, sejam individuais ou coletivas. O racismo mata fisicamente e mata os sonhos, os direitos, a infância, a meninice e seus passos frente ao mundo. Ao constatarmos a solidão das mães que denunciaram as violências contra suas crianças, as práticas racistas crescem e tentam matar também a mobilização e a rede de apoio às mulheres negras.

A consolidação dos mandonismos e das crueldades das senhoras cristãs perpetua-se em cada pessoa ou grupo “do bem” que se defende no grito e garante não ser racista e que tudo que está acontecendo é reflexo do “mimimi”. Esse mandonismo se mantém também nas instituições educativas que não acolhem, não protegem e garantem, sob os prognósticos da autoridade escolar, a comum alegação de que não toleram qualquer tipo de discriminação. Perduram nas pessoas que se escondem e se valem nas páginas das redes sociais para, covardemente, atacar crianças negras, de forma anônima, como os coletivos das matérias, ou explicitamente como familiares e o vereador com seu poder de autoridade.

As dores vividas pelas personagens aparentemente fictícias são guardadas nos corpos negros rejeitados das crianças nas matérias que circularam neste ano de 2022.

Crianças que ainda não conseguem reagir a tanta violência e precisam de proteção e de cuidado, pois o processo de desumanização dos corpos é um instrumento opressor para manter o racismo. Uma herança dos quatro séculos de escravidão, que precisa ser combatido diariamente. Esse é um dever da academia. Ela precisa assumir esse enfrentamento sem tréguas em todos os espaços, dentro e fora da universidade, pois o racismo está em todos os lugares e atinge, com sequelas, as vidas das populações negras. Esperamos que este texto contribua para a luta cotidiana de enfrentamento e de combate a toda espécie de racismo, inclusive para quebrar o silêncio conivente de quem estuda com o dinheiro público e se fecha em uma ilha, cerrando os olhos à violência estrutural do racismo.

REFERÊNCIAS

BERLEZE, Michele.; PEREIRA, Belinda Silva. O racismo nas redes sociais: preconceito real assumido na vida virtual. *In: Anais do 4º Congresso Internacional de Direito e Contemporaneidade: mídias e direitos da sociedade em rede*. Santa Maria, RS. 2017.

BOOTH, Wayne. **A retórica da ficção**. Trad. de Maria Tereza H. Guerreiro. Lisboa: Arcádia, 1980.

BOSI, Alfredo. **O conto brasileiro contemporâneo**. São Paulo: Cultrix, 2009.

BRASIL. Lei 8.069, de 13 de julho de 1990. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Diário Oficial da União, Brasília, 16 jul. 1990.

BRIGGS, Asa; BURKE, Peter. **Uma história social da mídia: de Gutenberg à Internet**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

CANDIDO, Antonio. O direito à literatura. *In: CÂNDIDO, Antonio. Vários Escritos*. 5.ed. Rio de Janeiro: Ouro sobreazul, 2011 (1988), p. 171-193.

CANDIDO, Antonio. O escritor e o público. *In: CÂNDIDO, Antonio. Literatura e sociedade*. 7. ed. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1985.

CARTA Capital. Autoridades públicas proferiram 94 discursos racistas durante o governo Bolsonaro, aponta levantamento: Os principais autores dos discursos foram o presidente da República, Jair Bolsonaro (PL), e o presidente da Fundação Palmares, Sérgio Camargo. **Carta Capital**. 22.03.2022. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/autoridades-publicas-proferiram-94-discursos-racistas-durante-o-governo-bolsonaro-aponta-levantamento/> Acesso em 01/09/2022.

CORALINA, Cora. Nota – De como acabou, em Goiás, o castigo dos cacos quebrado no pescoço. *In: O Prato azul-pombinho*. 3. ed. São Paulo: Global, 2011 (1985).

CORREIO Brasiliense. Menina negra, de 4 anos, tem punho quebrado em escola de

Curitiba. **Correio Brasiliense** Disponível em: Extra 14/04/2022
<https://www.correiobraziliense.com.br/euestudante/educacao-basica/2022/04/5000616-menina-negra-de-4-anos-tem-punho-quebrado-em-escola-de-curitiba.html> Acesso em 01/09/2022.

DARNTON, Robert. **O grande massacre dos gatos: e outros episódios da história cultural francesa**. Rio de Janeiro: Graal Editora, 1986.

EVANS, Luciane. A mãe solo negra luta contra o racismo, machismo e o sexismo.

Revista Cria Para o Mundo, 8 de agosto de 2020. Disponível em:

<https://www.criaparaomundo.com.br/post/a-m%C3%A3e-solo-negra-luta-contra-o-racismo-machismo-e-o-sexismo>

FREIRE, Eduardo Nunes. O design no jornal impresso diário. Do tipográfico ao digital.

Revista Galáxia, São Paulo, n. 18, p.291-310, dez. 2009.

GÓES, José Roberto; FLORENTINO, Manolo. Crianças escravas, crianças dos escravos.

In: PRIORE, Mary Del. **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2000, p. 185-186

LAJOLO, Marisa. Infância de papel e tinta. In. FREITAS, Marcos Cezar (org.) **História Social da Infância no Brasil**. São Paulo: Cortez. Bragança Paulista/SP: Universidade São Francisco, 2001.

LOBATO, Monteiro. **Negrinha**. São Paulo: ed. Brasiliense, 1994 (1920).

LUCINDO, William Robson Soares. A vontade também consola: a formação da esfera pública letrada de Afrodescendente e o debate sobre a educação. In: FONSECA, Marcus Vinícius e BARROS, Surya Aaronovich Pombo de (Orgs). **A história da educação dos negros no Brasil**. Niterói: EdUFF, 2016

MARTINS, Giovana Maria Carvalho; CAINELLI, Marlene Rosa. O uso de literatura como fonte histórica e a relação entre Literatura e História. In: **VII Congresso Internacional de História, XXXV Encuentro de Geohistoria Regional e XX Semana de História**. Maringá - SP. Anais do VII Congresso Internacional de História, 2015.

NOVA, Adeildo Vila. Racismo é maus-tratos: o ECA e a proteção às crianças negras.

Revista Serviço Social em Debate. Minas Gerais, v. 5, n. 1, p. 49-66, 2022.

OLIVEIRA, Fabiana de; ABRAMOWICZ, Anete. Infância, raça e "paparicação". **Educ. Rev.** [online]. vol.26, n.02, pp.209-226, 2010.

OLIVEIRA, Maria Aparecida Cruz de. **Representações decoloniais: as meninas negras no romance afro-brasileiro contemporâneo**. 2019. 178 fls. Tese (Doutorado em Literatura). Universidade de Brasília, Brasília-DF, 30/08/2019.

PINHONI, Marina. Criança negra é fantasiada de macaco em escola municipal de São Paulo. **Portal G1 Globo São Paulo**. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2022/06/04/apos-denuncia-de-racismo-contra-crianca-fantasiada-de-macaco-escola-se-pronuncia-pelas-redes-sociais.ghtml> [04/06/2022] Acesso em 01/09/2022.

PORTELA, Alinny Rodrigues Emerich. **De que cor? Preta, da cor da pele:** (re)construção da identidade étnico racial da criança com a literatura infantil. 2020. 112 fls. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação em Ciências e Matemática). Instituto Federal do Espírito Santo, Vitória – ES, 21/12/2020
PROENÇA FILHO, Domício. A trajetória do negro na literatura brasileira. **Estudos avançados**. v. 18, n. 50, p. 161-193, 2004.

REDAÇÃO - O Estado de São Paulo. **Miss Minas Gerais Kids é alvo de racismo nas redes sociais**. Disponível em: Redação - O Estado de S.Paulo [12/07/2022] <https://emails.estadao.com.br/noticias/geral,miss-minas-gerais-kids-e-alvo-de-racismo-nas-redes-sociais,70004114227> Acesso em 01/09/2022.

REGUEIRA, Chico. Menino de 3 anos é alvo de ataques racistas na internet: 'Uma estaca no meu peito', diz mãe. **G1 Globo Rio de Janeiro**. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2021/07/26/menino-de-3-anos-e-alvo-de-ataques-racistas-na-internet-uma-estaca-no-meu-peito-diz-mae.ghtml> Acesso em 01/09/2022.

SILVA, Kennya Eleotério da Silva, SILVA, Luciana Ferreira da. As questões raciais na educação infantil: possibilidades e desafios em uma dimensão pedagógica. **Simbiótica**. Revista Eletrônica, v. 2, n1. p. 22-41, 2015.

THOMPSON, John Brookshire. **A mídia e a modernidade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

TV Tem. Vereador denunciado por ofensas contra menina negra de 2 anos é suspenso por 6 meses do partido. **G1 Globo São Paulo**. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-jose-do-rio-preto-aracatuba/noticia/2021/11/17/vereador-denunciado-por-ofensas-contramenina-negra-de-2-anos-e-suspenso-por-6-meses-do-partido.ghtml> Acesso em 01/09/2022.

VIEIRA, Antônio. **Sermão XIV na Bahia, à irmandade dos pretos de um Engenho em dia de São João Evangelista**, 1633. Disponível em: <https://www.literaturabrasileira.ufsc.br/documentos/?action=download&id=134970>

WORDS HEAL THE WORLD. **Mapa do ódio no Brasil**. 70 fls. Disponível em: <https://www.wordshealtheworld.com> Acesso em 01/09/2022.

NOTAS

TÍTULO DA OBRA

CORPOS MARCADOS NOS TEMPOS DA HISTÓRIA: INFÂNCIAS NEGRAS NA LITERATURA E NA IMPRENSA

Marked bodies in the times of history: black childhood in literature and press

Diane Valdez

Doutora em Educação
Professora Associada III
Universidade Federal de Goiás
Faculdade de Educação
Programa de Pós-Graduação em Educação
Goiânia, Brasil
divaldez@ufg.br
<https://orcid.org/0000-0001-6721-3789>

Elis Regina da Silva Oliveira

Mestre em Educação
Universidade Federal de Goiás
Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação
Secretaria Municipal de Educação de Goiânia
Secretaria de Estado da Educação de Goiás
Goiânia, Brasil
elisbalneario@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0003-2070-8295>

Danielly Cardoso da Silva

Mestre em Educação
Universidade Federal de Goiás
Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação
Técnica em Assuntos Educacionais do Centro de Ensino e Pesquisa Aplicada à Educação
Goiânia, Brasil
danielly_cardoso@ufg.br
<https://orcid.org/0000-0002-2401-1025>

ENDEREÇO DE CORRESPONDÊNCIA DO PRINCIPAL AUTOR

Endereço para correspondência indicando Rua-Avenida, número, CEP, Cidade, Sigla do Estado, País.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a leitura e sugestões valiosas das colegas Fabiane Albuquerque e Cecília Maria Vieira.

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

Concepção e elaboração do manuscrito: D. Valdez, E. R. S. Oliveira, D. C. Silva

Coleta de dados: D. Valdez, E. R. S. Oliveira, D. C. Silva

Análise de dados: D. Valdez, E. R. S. Oliveira, D. C. Silva

Discussão dos resultados: D. Valdez, E. R. S. Oliveira, D. C. Silva

Revisão e aprovação: D. Valdez, E. R. S. Oliveira, D. C. Silva

CONJUNTO DE DADOS DE PESQUISA

Todo o conjunto de dados que dá suporte aos resultados deste estudo foi publicado no próprio artigo.

FINANCIAMENTO

Não se aplica.

CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM

Não se aplica.

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica.

CONFLITO DE INTERESSES

Não se aplica.

LICENÇA DE USO – uso exclusivo da revista

Os autores cedem à **Zero-a-Seis** os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a [Licença Creative Commons Attribution](#) (CC BY) 4.0 International. Esta licença permite que **terceiros** remixem, adaptem e criem a partir do trabalho publicado, atribuindo o devido crédito de autoria e publicação inicial neste periódico. Os **autores** têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicada neste periódico (ex.: publicar em repositório institucional, em site pessoal, publicar uma tradução, ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial neste periódico.

PUBLISHER – uso exclusivo da revista

Universidade Federal de Santa Catarina. Núcleo de Estudos e Pesquisas da Educação na Pequena Infância - NUPEIN/CED/UFSC. Publicação no [Portal de Periódicos UFSC](#). As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

EDITORES – uso exclusivo da revista

Márcia Buss-Simão e Kátia Agostinho.

HISTÓRICO – uso exclusivo da revista

Recebido em: 12-09-22 – Aprovado em: 11-12-22